



Universidade Federal do Pará
Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural
Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar – NEAF
Programa de Pós-graduação em Agricultura Amazônica - MAFDS

Nº. 027 Relação homem/natureza na Amazônia: do passado quilombola e mocambeiro ao presente de lutas identitárias e territoriais dos remanescentes dos quilombos

Letícia Pereira Barriga

2011

Relação homem/natureza na Amazônia: do passado quilombola e mocambeiro ao presente de lutas identitárias e territoriais dos remanescentes de quilombo

Relationship between human and nature in the Amazon: from the past to the present of Quilombo and Mocambeiro identity and the present of struggles and the remaining from territorial Quilombo

Letícia Pereira Barriga¹

Resumo²:

O negro tem sido agente histórico ativo no decorrer do processo de lutas travadas na História da Amazônia. Diante disso, este artigo tem por interesse analisar a participação social do negro na região em duas temporalidades diferentes, o passado e o presente, considerando a relação homem/natureza. A primeira análise corresponderá a história do negro na Amazônia, particularmente, no estado do Pará, pelo viés da resistência, compreendendo três estágios de sua luta pela liberdade, distintos, mas complementares entre si: as fugas, a formação dos quilombos ou mocambos, e, sua participação na Cabanagem. A segunda será analisar as lutas atuais travadas pelos afro-amazônicos, especificamente as comunidades quilombolas, fazendo um paralelo passado/presente, ressaltando a importância da história do negro para os desafios sociais enfrentados por ele na atualidade, ao relacionar os aquilombados de ontem aos remanescentes quilombolas de hoje.

Palavras-chave: Negro. Amazônia. Resistência. Comunidades Quilombolas. Identidade.

¹ Especialista em História e Cultura da África e Afro-brasileira pela Faculdade Integrada Brasil Amazônia; mestranda em História Social da Amazônia pelo Programa de Pós-graduação de História da Universidade Federal do Pará; bolsista da Capes.

² A ideia desse *paper* nasceu das discussões durante as aulas do doutorado em História Social da Amazônia na Universidade Federal do Pará (UFPA), especificamente na disciplina “História e natureza”, ministrada pela professora Dra. Maria de Nazaré Angelo-Menezes, do Núcleo de Estudos de Agricultura Familiar (NEAF), que procurou abordar a relação dialética entre a sociedade humana e a sua diversidade natural.

Abstract:

The black people have been a historical active agent in the process of the struggles in the Amazon Region History. Thus, this article has the purpose to analyse the social participation of the black people on that region, at two different times, the past and the present, considering the relationship man/nature. The first analysis will be the history of the black people in the Amazon Region, particularly, in the state of Pará, with focus on the resistance, encompassing three stages of their struggle for freedom, different but complementary between each other: the breaks, the *quilombos* or *mocambos* formation and their participation on *Cabanagem*. The second will assay the current struggles established by afro-amazonic people, specifically the *quilombolas* communities, doing a parallel past/present, highlighting the importance of the black people's history to the social challenges faced by them nowadays, when is related the *quilombados* of the past with the remaining *quilombolas* of today.

Keywords: Black People. Amazon Region. Resistance. *Quilombolas* Communities. Identity.

A Amazônia, no decorrer do tempo, vem adquirindo várias conotações, empreendidas a ela em cada contexto histórico, entre as quais, *Eldorado*, *Inferno verde*, *vazio humano*, *celeiro do mundo* e *pulmão do mundo*. Na atual conjuntura, de crise ambiental e pessimismo perante o futuro dos recursos naturais do planeta, os olhos voltam-se para a Amazônia, elegendo-a a salvação universal para a atual crise. Entretanto, a região não é composta apenas de natureza. Por muito tempo, considerada inclusive pela historiografia, como um vazio demográfico, este discurso vem sendo desconstruído dentro das ciências humanas, através de [re]leituras de fontes primárias, e mudanças de paradigmas teórico-metodológicos.

A produção historiográfica nacional e, sobretudo, a regional, vem demonstrando a importância dos processos históricos ocorridos no norte do Brasil, e sua correlação e interação com os processos no centro político-administrativo do país. No contexto da independência, a província do Grão-Pará participou efetivamente das constantes mobilizações que sacudiram o Brasil colônia, mesmo considerando sua forte aproximação com Portugal. Pela distância físico-administrativa da região com o centro-sul da colônia, a elite provincial paraense mantinha mais proximidade com a metrópole do que com a corte. Distanciando-se da idéia de adesão, pode-se considerar a participação das províncias do norte como elemento político concreto na construção da nova ordem social.

Elementos históricos que contribuíram para a formação da história do Brasil, como a política escravista para a economia da colônia e, conseqüentemente a presença do escravo

africano na sua composição social, também foram desconsiderados da história da Amazônia, corroborando, em grande medida, para o deslocamento entre a região norte do restante do país. Essa perspectiva histórica também vem sendo desconstruída, fortalecendo a quebra paradigmática do vazio demográfico amazônico.

Considerando que a Amazônia tem história, inclusive com a participação efetiva do negro como sujeito histórico, este artigo tem por interesse analisar a participação social do negro na região em duas temporalidades diferentes, o passado e o presente. A primeira análise corresponderá a história do negro na Amazônia, particularmente, no estado do Pará, pelo viés da resistência, compreendendo três estágios - distintos, mas complementares - das lutas pela liberdade por ele impetradas: as fugas, a formação dos quilombos ou mocambos, e, sua participação na Cabanagem³. A segunda será analisar as lutas atuais travadas pelos afro-amazônicos, especificamente as comunidades quilombolas, fazendo um paralelo passado/presente, ressaltando a importância da história do negro para os desafios sociais enfrentados por ele na atualidade, ao relacionar os aquilombados de ontem aos remanescentes quilombolas de hoje.

Porém, antes de dar início às análises, por se tratar de uma região eminentemente composta de natureza, faz-se necessário considerar um elemento importante a qualquer objeto de estudo do universo amazônico. Este elemento é a relação homem/natureza. A Amazônia apresenta em sua formação histórica particularidades que devem ser observadas pelo estudioso. Uma característica particular da região é a forte relação que o homem local tem com a natureza. O amazônida aprendeu em seu cotidiano a conviver com alguns condicionantes naturais, já entremeados em sua cultura, que não são evidenciados em outras partes do país. A locomoção fluvial, predominante no interior da região, a estreita relação com a chuva, a adaptação habitacional, os hábitos culturais e alimentares, e tantos outros indicativos destes condicionantes. Nesse sentido, é fundamental para estudar a história da Amazônia, compreender de forma mais genérica como o homem vem se relacionando com a natureza no decorrer do tempo.

Relação homem/natureza na história

A curiosidade pelos efeitos naturais e os demais seres vivos é inata ao homem desde os tempos mais remotos. A partir do período moderno esta curiosidade se aguça, passando os homens “a lançar olhares cuidadosos e interessados [...] todos de grande importância na busca de

³O artigo pretende analisar o negro na Amazônia como sujeito histórico, elencando três recortes de sua história, não querendo dizer que sua participação social se finde na Cabanagem.

explicações *da e sobre a* natureza e o mundo.” (NAXARA, 2004, p.42). Essa necessidade por elucidar leva o homem a um caminho de crescente busca pelo novo, aumentando sua capacidade de imaginação, na compreensão do passado, para um melhor entendimento do presente, lançando perspectivas para o futuro, que, segundo Jörn Rüsen (2008), significa a aquisição da *consciência histórica*. O homem nunca parte do ponto inicial, seu ponto de partida será sempre a idéia de mudança. A constante aquisição de conhecimento e, conseqüentemente, de domínio do mundo, gera alterações profundas na ação do homem sobre a natureza. Nesse sentido o conceito de natureza tem sido historicamente construído, sendo as interpretações sobre o ambiente natural elaborado e reelaborado de acordo com as aspirações e necessidades de cada sociedade,

[...] a definição ou a conceituação do que seja natureza depende da percepção que temos dela, de nós próprios, e, portanto, da finalidade que daremos a ela, isto é, depende das formas e objetivos de nossa convivência social. Que sabemos foram múltiplos nas várias sociedades que ao longo da história os homens constituíram. (Carvalho, 2003, p.13).

A própria noção de história está diretamente vinculada a concepções que o homem tem do meio que o cerca. Segundo E. H. Carr, citando Burckhardt, “a história é ‘a cisão com a natureza causada pelo despertar da consciência’”, em outras palavras, “a história é a longa luta do homem, através do exercício de sua razão, para compreender seu meio ambiente e atuar sobre ele.” (CARR, 1982, p.168). Justamente, a conjugação destes dois reinos, razão e natureza, fundamentariam a concepção da ciência *História*, segundo Adriano de Brito, analisando as teorias de Emmanuel Kant. Para Brito, “o reino da razão exige uma causalidade própria, a liberdade, e, no entanto, as manifestações desta causalidade são fenômenos naturais como qualquer outro e têm, pois, de estar submetidas às leis da natureza” (2009, p.8).

Keith Thomas em *O homem e o mundo natural* analisa a relação homem-natureza na modernidade, entre os séculos XVI e XIX, período marcado por grandes revoluções, onde as transformações humanas na natureza se acentuam. Thomas concentra seu trabalho nas mudanças de atitudes do homem em relação aos animais e às plantas. Partindo do pressuposto que “o predomínio do homem sobre o mundo vegetal e animal foi e é, afinal de contas, uma pré-condição básica da história humana” (THOMAS, 2010, p.20), o autor constrói seu entendimento nas transformações que o pensamento humano sobre a natureza vem sofrendo nesses quatrocentos anos.

No capítulo *O Predomínio Humano*, nos séculos XVI e XVII, a explicação se baseava numa perspectiva teológica e antropocêntrica. O homem era o centro do universo, os seres vivos

e o mundo natural como um todo existiam para atendê-lo. Ele seria o fim de todas as obras de Deus. Acreditava-se que com o advento do Juízo Final, o mundo acabaria, pois ele só existia para atender e acomodar a humanidade. Extinguindo-se o homem, ele não teria mais finalidade. Esta idéia foi reforçada com “o advento de Cristo [...], sendo visto por alguns comentadores como uma confirmação dos direitos humanos sobre o mundo natural” (*Ibidem*, p.22). A natureza era vista sob uma perspectiva negativa, enfatizando seu caráter *miserável e decadente*, considerada um obstáculo colocado por Deus, e que o homem deveria superá-la. O discurso do século XVIII defendia a subjugação e domesticação dos animais como forma de alçarem a civilização, aumentando seu contingente, ou seja, a dominação que o homem impunha à natureza tinha um caráter benéfico. Sendo assim, o predomínio humano foi legitimado, fundamentado pelas bases teológicas tanto da Igreja Cristã ocidental, como em tradições não ocidentais, mas, ambas, concomitantemente antropocêntricas. Schama (1996, p.24) também levanta esta questão quando diz ser “possível [...] que toda a história da sociedade sedentária, dos chineses loucos por irrigação aos sumérios loucos por irrigação, esteja contaminada pela brutal manipulação da natureza”. Também não foram exclusivamente ocidentais os problemas causados por esse predomínio, como Thomas (2010, p.31) ressalta:

Os problemas ecológicos não são exclusivos do Ocidente, pois a erosão do solo, o desmatamento e a extinção de espécies tiveram lugar em partes do mundo onde a tradição judaico-cristã não teve qualquer influência. Os maias, os chineses e os povos do Oriente Próximo foram capazes de destruir seu meio ambiente sem a ajuda do cristianismo.

O discurso científico também se fundamentava em alicerces antropocêntricos, sendo importante estudar a natureza para melhor conhecê-la, com o objetivo de sua dominação. “A motivação inicial para o estudo da história natural foi de teor prático e utilitário” (THOMAS, 2010, p.35). Ciências naturais como a Botânica e a Zoologia surgiram como formas de identificar e explicar as diversas espécies animais e vegetais com este fim utilitário, “identificar [seus] ‘usos e virtudes’”. Isso explica, em grande medida, a intensificação de viagens expedicionárias ao novo mundo nos séculos XVII e XVIII, fomentadas pelo estado, que, pelos olhares curiosos e atentos de botânicos e biólogos, enviaram ao velho mundo várias espécies tropicais, desconhecidas, da fauna e da flora.

A concepção antropocêntrica do mundo começa a ser questionada pelas descobertas das ciências acima citadas, mas também com o advento da Geologia e Astronomia, que se intensificaram no século XIX. Descobertas geológicas como a da idade da Terra ser muito mais antiga que a defendida pelas Sagradas Escrituras, assim como a aparição do homem no planeta, comparada a outras espécies vegetais e animais, ser evidenciada em períodos relativamente

recentes, colocavam em cheque a teoria do predomínio humano. Márcia Naxara (2004, p.49) evidencia a descoberta do telescópio e do microscópio também como grande contribuição para esta reformulação de concepções a acepções do pensamento humano, na medida em que,

O telescópio possibilitou aos homens pensar o mundo e a terra em escala macroscópica, o microscópio e as descobertas da natureza terrestre e dos seres que dependem dessa natureza para sobreviver possibilitaram equiparar o homem aos demais seres que vivem na natureza, tendo a vida como elo, tendência que também ganharia força plena no século XIX.

Tais descobertas significaram uma importante ruptura paradigmática, pois deslocava o homem como o centro do universo. Também, as conseqüências deixadas por trezentos anos de domínio e exploração da natureza pelo homem, desde o início da era moderna, negativas, em sua maioria, ocasionaram reflexões e contrapartidas à relação estabelecida até então. Dicotomias como *campo e cidade, conquista e preservação, terra cultivada e terra primitiva, primitivo e civilizado*, reformulavam o discurso acerca do conceito de paisagem e de natureza. Por muito tempo a cidade foi vista como sinônimo de civilização, da supremacia humana, seu maior empreendimento, contrapondo-se à rudeza, ao atraso, ao primitivismo relacionado ao campo. Esta concepção teórica de centro-periferia, tendo a Europa como modelo de civilização, serviu de base para muitas análises acerca do *Novo Mundo*, principalmente a partir das viagens expedicionárias acima mencionadas, e ainda é observada em estudos atuais. Segundo Marcos de Carvalho,

Todas as nossas concepções do mundo e sua natureza são na verdade formas européias de se ver a realidade, pois a partir dos fatos históricos produzidos na Europa dos séculos XV e XVI que os vários lugares e sociedades, dispersos pelo planeta até então, passaram a ser integrados numa espécie de espaço mundial único. (2003, p.41).

As concepções sobre Amazônia foram construídas, em grande medida, sobre esta teoria. Nesse sentido, vale ressaltar a importância da análise científica sobre a região, com um olhar avesso desta dicotomia, centro-periferia, prevalecendo o olhar endógeno, despindo-se de concepções pré-concebidas típicas de modelos analíticos trazidos pelo olhar de fora.

Diante desta mudança de perspectiva teórico-metodológica, os estudos sobre o negro na região amazônica adquirem resultados reveladores, confirmando sua efetiva participação nos processos históricos da região, dentro de uma lógica própria, construída através da relação estabelecida por ele com os elementos peculiares da região: os povos indígenas e a natureza exuberante, incluindo aí, os benefícios, com seus recursos naturais, e os obstáculos, de uma

região estranha e inóspita. Daí a necessidade da incorporação do estudo histórico do afro-amazônico na relação homem/natureza.

A seguir, o artigo adentrará na história do negro na região e sua participação em contextos políticos sociais na contemporaneidade, podendo ser observadas com clareza sua intrínseca relação com natureza. Tanto as *fugas*, as quais tinham destino o interior da floresta, quanto os *quilombos*, núcleos fixos de resistência nos confins da Amazônia, como a participação na *Cabanagem*, quando o cabano, incluindo o negro cabano, utilizava-se dos recursos naturais em benefício próprio, esta relação é explicitada. E hoje, as comunidades remanescentes quilombolas, através de seus hábitos e costumes tradicionais, estreitamente próximos à natureza, vêm lutando pelo reconhecimento de sua cultura.

História do negro na Amazônia: *Fugas – Quilombo - Cabanagem*

Como foi dito, a presença africana na Amazônia há muito vem sendo discutida e redefinida pela historiografia, principalmente a historiografia regional⁴. Com base em dados documentais, comprova-se a solicitação do trabalhador africano, feita pelos colonos, e a introdução progressiva de escravos para as Províncias do Maranhão e Grão-Pará, já no século XVII. Bezerra Neto indica que, em 1692, a Câmara de Vereadores de Belém solicitava à metrópole providências que garantissem a remessa de escravos africanos para a província (2001, p.21).

Entretanto, segundo Vicente Salles, baseando-se na obra de Arthur César Ferreira Reis, *O Negro na Empresa Colonial dos Portugueses na Amazônia*, a introdução das primeiras peças para a Amazônia não foi obra dos portugueses, e sim dos ingleses já no século XVII. Eles tinham a intenção de empreender a agricultura de cana-de-açúcar para a produção tanto do açúcar quanto de rum, e por isso se instalaram ao norte da Amazônia, na costa do Amapá, trazendo escravos africanos, para não utilizarem a mão-de-obra indígena e não se indisparem com os nativos, já que objetivavam uma aliança com eles (SALLES, 2005, p.38 e 39).

Anaíza Virgulino-Henry e Napoleão Figueiredo, por meio de uma expressiva documentação, apontam a distribuição de escravos por toda a província e as ocupações destinadas

⁴ A historiografia regional se apresenta de maneira efetiva no debate acadêmico sobre a presença africana na Amazônia, [re]construindo a história do negro na região. Pesquisas sobre o assunto vêm sendo realizadas, levando a estudos que comprovam e reafirmam essa presença, dentre as quais ganham destaque as obras de Vicente Salles; Anaíza Virgulino-Henry e Napoleão Figueiredo; José Maia Bezerra Neto; Rosa Acevedo Marin e Edna Castro. Além desses, Luís Balkar Peixoto, Magda Ricci, Aldrin Moura de Figueiredo, dentre outros compõem o rol daqueles que se voltam para a compreensão da presença africana na Amazônia.

a eles. Lavouras, roçados, mas principalmente, “sem dúvida alguma”, os serviços de fortificações militares, “parecem ter absorvido grande parte da mão-de-obra, não somente dos negros, mas também dos índios escravos” (1990, p.54). Os serviços das construções urbanas também eram destino dos negros escravizados. Observa-se no documento a seguir a constante preocupação pela carência de *praças* para o trabalho nas lavouras, através de uma solicitação de escravos por parte da Câmara Municipal de Belém, no século XVIII:

Illm^o e Es^{mo} Senhor. Attendendo este Senado agrande falta enecessidade emque seacha esta Capitania eo Estado de operários p^a afabrica das culturas eo perdim^{to}. [que] há pella mesma razão nas plantas dos generos de [que] tem resultado huma geral indigência em [quem] o pouvo seacha, e [que] não deixa deser conveniente aintrodução dos Pretos; Intentemos pello (destruído) incluzo reprezentr a VEx.^a omesmo [que] elle (destruído) bem com ascircunstancias do regim^{to}. das (destruído) nelle apontadas nos parrafos e (destruído) na (destruído) referidos e Convocado o Pouvo aomesmo (destruído) amayor parte delle, não sabemos se (destruído) dos não convejo na referida proposta esomente assentirão as Pessoas nella assigndas porem (ilegível) mo he serto [que] observada adeterminação do regim^{to}. das Misoens Citadas fica sendo muito útil p^a. remedio e deste augmento aopouvo e Est^o. remito da decadencia epenuria em [que] se acha supra odefeito, [que] o ditto Pouvo não alcanza servindose e dignandose de representar asua Mag.^e o [que] for mais conveniente ao referido effeito. E Deus guarde aPessoa de VEx.^a m^{tos} ann^s B^{em} emCamr.^a 17 de abril de 1752. Antonio Rois Martins, Luis Francisco Barbosa, João deFaria Esteves. (VIRGULINO-HENRY & FIGUEIREDO, 1990, p.69)

Há pontos importantes no documento acima citado que merecem comentários. Denota-se que a falta de trabalhadores era uma preocupação constante para as autoridades da província do Grão-Pará no século XVIII, assim como para outras províncias da região. Tanto é que o documento inicia-se com a reclamação da “falta e necessidade em que se acha essa Capitania e o Estado de operários para a fábrica das culturas”, e o risco da perda da produção, das “plantas dos gêneros”, caso não seja tomada alguma providência, que seria, para os vereadores, *a introdução dos pretos*, escravos afro-descendentes. O documento ressalta ainda a *decadência e penúria* em que se encontra o povo da província, necessitando-se de mão-de-obra.

Continuando com Bezerra Neto, que realizou interessante estudo sobre o tráfico de escravos nos séculos XVII e XVIII, podem-se traçar estimativas contingenciais da entrada de africanos na região. Segundo o autor, através do estudo realizado por Manuel Dias Nunes, foi introduzido na Amazônia entre os anos de 1755 e 1778, período que corresponde ao monopólio do tráfico de escravos pela Companhia Geral de Comércio do Maranhão e Grão-Pará, um número

de 25.365 escravos africanos. Para a Província do Pará, destinou-se 14.749 cativos, fracionando um terço deste total para a província do Mato Grosso, “tornando-se Belém não somente um centro receptor de trabalhadores escravos negros, como o seu principal redistribuidor na Região Amazônica e capitanias limítrofes” (BEZERRA NETO, 2001, p.28). Embasado na documentação levantada, o autor aponta um dado mais preciso sobre a introdução de escravos na região, abarcando um período mais extenso, de 1755 a 1820, afirmando ter ingressado pelo porto de Belém um total de 53.072 cativos, permanecendo efetivamente na província paraense aproximadamente 48.155 escravos (*Ibidem*, p.33). Número significativo se levada em consideração a teoria defendida anteriormente pela historiografia nacional da ausência de negros na região amazônica, considerada apenas um lugar de índios, mata virgem e drogas do sertão.

Característica importante da escravidão na região é a forte presença de escravatura vivendo em centros urbanos, destacando Belém, a capital da província. Bezerra Neto (2001, p.120), a partir de dados informados por Salles e outras fontes, possibilita um quadro mais completo da situação da população escrava com relação ao total de moradores da cidade de Belém, entre os anos de 1787 e 1888. A seguir transcrevemos o quadro:

População de Belém (1787 – 1888)

Ano	População	Escravos	Escravos %
1787	5276	2733	50,00
1793	8573	3051	35,60
1823	12471	5719	-
1839	-	4580	-
1848	16092	5085	31,60
1872	34464	5087	14,76
1888	40000	2196	5,00

Fontes: Salles, *op. cit.*; Diário de Notícias (1888).

Essa urbanização dos escravos vai influenciar significativamente nas formas de resistência impetradas pelo negro em seu processo histórico. Sendo centro político e administrativo, nas cidades as ideias circulavam com maior facilidade, principalmente devido ao trânsito de pessoas, viajantes, comerciantes, novos escravos, etc. Essa facilidade de locomoção podia ser observada entre os escravos. Segundo Carla Cândido, que estudou a escravidão urbana em Belém em meados do século XVIII, havia por parte dos escravos das cidades certa autonomia ante seus senhores, proporcionada pela própria forma de trabalho estabelecida no centro urbano ao cativo (escravo de ganho, escravo alugado, profissionalização do escravo – ferreiro, pedreiro, sapateiro, etc.). Cândido também levanta em seu trabalho a presença de uma “rede de relacionamentos [entre os escravos] bastante ampla que lhes valiam na realização de seus golpes e fugas” (1996, p.05).

Para Cândido, o escravo urbano adotava maneiras diversas de se contrapor ao regime escravista, além das tradicionais fugas e revoltas. Formas individuais através de “roubos, suicídios, assassinatos e expedientes, tanto para se oporem ao regime de trabalho compulsório, quanto para tornar um pouco melhor suas condições de sobrevivência.” Além do confronto direto, o escravo também tentava barganhar sua liberdade ou melhores condições de vida através da *lealdade*. “Por outro lado, a lealdade e a subserviência podiam ser encaradas também como uma forma de melhorar a situação do trabalhador cativo, e até mesmo conseguir sua carta de alforria por uma espécie de gratificação ou então ganhando certas regalias de seus senhores.” (*Ibidem*, p.07). Nota-se que a carta de alforria era fruto de uma negociação por parte do escravo, onde estabelecia com seu senhor uma boa relação para conseguir, futuramente, sua liberdade.

Além da carta, havia outras formas de negociação, como o casamento entre os escravos, por exemplo. Andréa Pastana, em sua monografia defendida em 1998, trabalhou a organização de famílias escravas no Grão-Pará, onde afirma que, os escravos viam no casamento uma forma de amenizar as adversidades impostas por sua condição de cativo, e também a possibilidade de conseguir sua abolição. Do outro lado, o senhor muitas vezes estimulava e apoiava essas relações matrimoniais como forma de assegurar seus escravos sob seus domínios. “A formação de famílias representava para os escravos uma oportunidade para assegurar melhores condições de vida no cativeiro, assim como a possibilidade de adquirir a liberdade, enquanto para os senhores poderia significar seus anseios em dificultar as fugas.” (PASTANA, 1998, p.28).

Quando as negociações não alcançam seu objetivo, quando elas falham, entra em cena o conflito. Na perspectiva de Edison Carneiro, a reação do negro ao regime de escravidão, via conflito, se ampara em três aspectos principais: a revolta organizada, exemplificada na Revolta dos Malês, ocorrida na Bahia, nos anos de 1807 à 1835; a insurreição armada, como foi no Maranhão, na ocasião da Balaiada, em 1839, e por fim, a fuga para os matos, originando assim os quilombos. A revolta organizada, continuando o autor, tinha por objetivo tomar o poder, sendo que, no caso malês, incluía matar os brancos, destituindo sua religião. Mas os revoltosos foram delatados e derrotados antes que lograssem êxito. As insurreições eram um “movimento espontâneo”, não tinham direcionamentos definidos, nem planos. Ocorria no âmbito de uma revolta ou de uma insatisfação. Já os quilombos, “era a reação mais simples”, de defesa, a fuga (CARNEIRO, 2005, p.245). O conflito originava na maioria das vezes as fugas, principalmente para o interior da floresta. Segundo João José Reis e Eduardo Silva, o escravo empreendia a fuga por vários motivos, dentre os quais, “abusos físicos, separação de entes queridos por vendas ou transferências inaceitáveis ou o simples prazer do namoro com a liberdade” (1989, p.09).

Na condição de escravo, o negro manifestou sua insatisfação ante a carga imposta pelo regime escravocrata. No primeiro momento, a *fuga* foi a maneira encontrada por ele de se distanciar o máximo desta condição. Segundo Salles, este empreendimento foi iniciativa do negro e era solução muito difícil e arriscada para o escravo. Tomada a decisão, ele partia rumo ao interior da floresta, para um lugar desconhecido, correndo todos os riscos que a mata e o nativo poderiam lhe proporcionar. No início, a fuga era *empreitada individual* (SALLES, 2005, p.237). Com o tempo, familiarizando-se territorialmente e estabelecendo relações com os silvícolas, o negro passava a adotar formas de resistência mais organizadas. A fuga não era mais *uma aventura com resultados indefinidos*, parafraseando Salles. Criava-se uma rede bem ordenada, e, na figura do acoutador⁵, para o desespero dos senhores, muitos escravos conseguem fugir.

De acordo com Virgulino-Henry e Figueiredo, há significativa documentação relatando as fugas e as medidas para detê-las, evidenciando a importância dessa ação, e o quanto ela significava para o contexto desse período (1990, p.56). Ainda, segundo os autores, ocorria uma maior incidência de fugas na região do atual estado do Amapá, devido às favoráveis condições geográficas - bacia hidrográfica recortada de furos e igarapés, muitas vezes de difícil acesso, e a proximidade da região com a Guiana Francesa, objeto de desejo do cativo fugido. As medidas para coibir as fugas iam desde investidas de tropas rumo à floresta, “rondas noturnas, vigilância permanente nos alojamentos dos escravos e proibição de contato entre os escravos” (VIRGULINO-HENRY, & FIGUEIREDO, 1990, p.59).

A seguir, um trecho de um documento transcrito pelos autores do acervo *Correspondência de Diversos com os Governadores*, do Arquivo Público do Estado do Pará – APEP⁶, apresentado em seu livro *A Presença Africana na Amazônia Colonial*, dando conta de buscas por escravos fugidos, na freguesia de Macapá, em meados do século XVIII:

⁵ O acoutador era peça importante no processo das fugas. Era ele quem fazia o elo entre o escravo fugido e o receptor que o levaria até o destino esperado, o quilombo. Foi considerado inimigo número um dos senhores de escravos, sendo enquadrado com severas punições, segundo Salles. “O acoutador tinha quase sempre ligações com outros moradores na periferia das grandes cidades e dos latifúndios, com os quais se comunicava e dos quais recebia os fujões mais ou menos instruídos no rumo que deveriam seguir, encaminhando-os posteriormente para os quilombos” (SALLES, 2005, p.237).

⁶ O APEP como um dos principais arquivos do Brasil, e o maior da região Norte, salvaguarda cerca de quatro milhões de documentos. Possui uma série destinada à escravidão, que compreende documentação da área do judiciário. Há atualmente um projeto de digitalização do acervo documental sobre a escravidão do APEP, com o apoio do Instituto Tubman, do Canadá, referência mundial em africanismo, e da Biblioteca Britânica, que bem demonstra o valor documental deste acervo. Em relação à Cabanagem, há um excelente acervo nas *correspondências de diversos com o governo*, e do próprio governo com os comandantes das expedições realizadas no interior da Província. Essa documentação é vasta e riquíssima, pois a comunicação entre a contra-ofensiva dos legalistas, para derrotar o movimento, e o governo, foi muito bem registrada. Ela está organizada em códices, dentre os quais: 202, 888, 1013, 1050, 1052.

Letícia Pereira Barriga, 2011. Texto do NEAF n° 027

Ill.^{mo} e Exc.^{mo} Senhor. Expedido a 25 domes de julho proximo precedente huma Tropa de 25 homens, Militares, Indios e Pretos ladinos, para devida e partidas serem buscados e reconduzidos, os sinquento e hum Escravos da Camera dessa Cidade operários da obra da Fostificação que ate o d.¹⁰ dia 25 se haviaõ auzentado: Consegui com esta indespençavel providencia, restetuhir ao trabalho da mesma obra, quarenta e hú faltando ahinda dez; que cuidadosa mente farei aprehender: O que por esta tenho ahonra de partecipar a VEx.^a Apessoa de EX.^a G^{de} Deos m.^s ann.^s S. Josê do Macapâ a 3 de Agosto de 1765. Nuno da Cunha de Atayde Varona. (1990, p.82)

As fugas também ocorriam em sentido contrário ao interior das florestas, rumando em direção ao Atlântico, para, quem sabe, obter um possível retorno à sua terra pátria. Havia uma organização em prol dessas fugas, “uma teia de rotas de fugas e contatos que se lançava pelas baías, rios e lagos das *idades negras* ⁷, alcançando distantes pontos do Atlântico”. Essas fugas eram de conhecimento dos senhores que, não raro, as anunciavam em jornais, reiterando que não recebessem os “escravos fugidos como marinheiros ou embarcados”. (ARAÚJO *et al*, 2006, p.47).

A Cabanagem também propiciou abertura para a investida dos escravos nas fugas. O clima de instabilidade política e social desencadeado pelo movimento cabano ajudava nas fugas individuais e coletivas. Segundo Danielle Moura, “a Cabanagem abriu espaço para que negros pegassem em armas e também fugissem individualmente, acompanhados de seus familiares ou em grupo” (MOURA, 2002, p.18). Porém, continuando a autora, as fugas nem sempre aconteciam para o engajamento no movimento cabano. Em muitos casos elas eram decorrentes de alguma quebra de acordo, “ou como tentativas de reencontrar entes queridos, escapar de castigos, forçar ou evitar troca de senhores ou mesmo reivindicar melhores condições de vida” (*Ibidem*).

As fugas para o interior da floresta tinham destino que, certamente, era os *quilombos* ou *mocambos*,⁸ que, segundo Salles parafraseando Arthur Ramos, afirma ser “a mais perfeita organização de defesa do período da escravidão” (2005, p.237). Assim como elas, se tem registro dos quilombos já no século XVIII. Salles aponta várias razões que fizeram com que a criação desses agrupamentos se intensificasse no decorrer do século XVIII. Dentre as razões, a decadência da lavoura e o interesse pelas drogas do sertão em meados deste século, assim como a expulsão dos missionários e confisco de seus bens, ocasionando um relaxamento no controle dos

⁷ Conceito adotado por Moreira de Araújo, Líbano Soares, Santos Gomes e Barreto Farias, para designar o universo do negro urbano na cidade.

⁸ Quilombos ou mocambos eram reuniões de escravos fugidos, onde constituía nestes aglomerados, vida social, com regras definidas, economia de subsistência, assim como comércio com as cidades e vilas próximas. Segundo o próprio Vicente Salles (2005), há diferença entre quilombo e mocambo. O primeiro diz respeito a núcleos provisórios, já o segundo, aldeamentos permanentes.

escravos, permitindo-lhes favoráveis condições para sua fuga. No século seguinte, os ecos dos processos revolucionários chegam até a Amazônia, encontrando-se com os escravos, propiciam a fuga sistemática e a intensificação da formação dos quilombos. Segundo mapeamento organizado por Salles percebe-se a dimensão, tanto numérica, quanto geográfica, e, também social, da presença dos quilombos na região. São eles:

1. Amapá: Oiapoque-Calçoene
2. Amapá: Mazagão
3. Pará: Alenquer (rio Curuá)
4. Pará: Óbidos (rio Trombetas/Cuminá)
5. Pará: Alcobaça (hoje Tucuruí) / Cametá (rio Tocantins)
6. Pará: Caxiú (rio Moju/Capim)
7. Pará: Mocajuba (litoral Atlântico do Pará)
8. Pará: Gurupi (atual divisa entre Pará e Maranhão)
9. Maranhão: Turiaçú (rio Maracassumé)
10. Maranhão: Turiaçú (rio Turiaçú)
11. Pará: Anajás (Lago Mocambo, ilha do Marajó)

Para ter uma noção de como os negros se organizavam em seus quilombos, destaca-se a região do Trombetas e do Curuá como modelo de explicação, pois, além de sua importância geográfica, são os mocambos mais citados pelos historiadores e cronistas do passado, segundo Salles (2005). Essa região localiza-se no Baixo Amazonas, abrangendo cidades como Santarém, Óbidos, Oriximiná, entre outras. “O rio Curuá abrigou as tentativas iniciais de fuga da primeira geração de escravos [...] [suas cachoeiras] foram a alternativa original para orientar a fuga” (MARÍN & CASTRO, 1993, p.13). A introdução do negro na região destinou-se a atender a demanda de mão-de-obra para a lavoura cacauera, na segunda metade do século XVIII, no período pombalino⁹. De acordo com as autoras, em 1788, cerca de 20 colonos possuíam 233 escravos, “o desenvolvimento das plantações de cacau acompanhava o crescimento da população escrava” (*Ibidem*, p.14).

⁹ Para Reis, “com o advento de Pombal, o Pará começou a viver outro clima, passando por transformações violentas que lhe modificaram sensivelmente a paisagem” e “atingiram todos os setores do organismo da antiga capitania”. E na economia “até então, todo o trabalho estava pesando sobre o braço do nativo. Facilitada a importação de escravos africanos, se não se abandonou o gentio para muitas utilidades, foi o negro que se prestou aos misteres agrícolas das fazendas, dos sítios das cercanias de Belém, do Tocantins e da rede do Guamá, Capim, Igarapé-Miri, Acará e Moju”. Para esta empreitada foi necessário a criação da “Companhia do Comércio do Maranhão e Grão-Pará”, integrada pelo capital dos colonos e do comércio do Reino” tendo “a obrigação de transportar a produção da colônia, trazer a ela os gêneros de que carecesse o Estado, introduzir o braço africano, cooperar no fomento à lavoura e a colonização.”. REIS, Arthur Cezar Ferreira. Síntese de História do Pará. Belém, Manaus, Guanabara: Amazônia Edições Culturais LTDA (AMADA), 1972, p. 57, 62 e 63.

Em *O Negro no Pará*, Salles trabalha com citações de vários autores e relatos de viajantes sobre a situação dos quilombos amazônicos, dentre os quais, uma citação de José Alípio Goulart, de sua obra *O Regatão, mascate fluvial da Amazônia*, de 1968, onde diz:

Os quilombos, porém, reproduziam, no que representavam de materialização de desespero dos escravos, a lenda da Fênix, renascendo das próprias cinzas. Assim foi que, em 1821, um carafuz de nome Atanásio, escravo das pertencências do major Martinho da Fonseca Seixas, na vanguarda de mais de quarenta companheiros, organiza novo quilombo. [...] Com o correr do tempo, o quilombo do Trombetas, localizando nas proximidades de Óbidos, contava mais de duas mil almas entre negros e mestiços. (SALLES, 2005, p.266)

Salles também relata em sua obra a participação dos aquilombados do Trombetas na Cabanagem. Assim como em toda a província, os negros aproveitavam a instabilidade política do processo revolucionário para evadirem-se rio acima e fundar seus agrupamentos. Tem-se notícia de uma povoação fundada “acima da décima quinta cachoeira” (Caspacura), nessa região, denominada *Cidade da Maravilha*, de forma que, “guardadas as proporções, esta foi a réplica amazônica dos mocambos dos Palmares” (2005, p.267).

É com o relato de Tavares Bastos, apresentado por Salles, que se tem um panorama mais completo da situação dos quilombos do Trombetas e Curuá. Em sua viagem pelo vale amazônico, resultando no livro *O Valle do Amazonas*, de 1937, Bastos percebe a formação organizacional dos quilombos em seu aspecto social. Transcrevendo a citação usada por Salles, nota-se a importância histórica dos dizeres de Bastos:

Perto de Óbidos entra no Amazonas o rio Trombetas; nas suas florestas existem muitas centenas de escravos fugidos. Os *mocambos* do Trombetas são diversos; dizem que todos contém, com os criminosos e desertores foragidos, mais de 2.000 almas. Os negros, industriados talvez pelos outros companheiros de desterro, vivem ali debaixo de um governo despótico eletivo; com efeito, eles nomeiam o seu governador, e diz-se que os delegados e subdelegados são também eletivos. Imitam nas designações de suas autoridades os nomes que conheceram nas nossas povoações. [...] Os negros cultivam a mandioca e o tabaco (o que eles vendem passa pelo melhor); colhem a castanha, a salsaparrilha, etc. Às vezes desce em canoas em vên ao próprio porto de Óbidos, à noite, comerciar às escondidas; com os regatões¹⁰ que sobem o

¹⁰ Segundo o geógrafo David McGrath, doutor em ecologia e professor do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA, “regatão é um comerciante ambulante que viaja entre os centros regionais e comunidades rio acima,

Trombetas, eles o fazem habitualmente. Dizem também que permutam com os holandeses da Guiana os seus produtos por outros, e principalmente pelos instrumentos de ferro e armas. (SALLES, 2005, p.270)

A própria formação do quilombo era pensada de maneira estratégica. Ao contrário do que caracterizou Palmares, os quilombos amazônicos se constituíam peculiarmente em pequenos núcleos espalhados e próximos entre si. Essa disposição geográfica dificultava que os negros aquilombados fossem surpreendidos por forças oficiais, pois através da comunicação entre eles, a fuga era mais facilmente realizada. “Nunca se localizavam na beirada dos rios, no curso principal. Procuravam afluentes pouco procurados pelos navegadores, lugares distantes, no chamado ‘centro’, de preferência campos inundáveis, ou extensos igapós, geralmente insalubres e de difícil acesso.” (SALLES, 1998, p. 5). Em relação a *Cidade da Maravilha*¹¹ (talvez a capital dos quilombos), há relatos que ela foi incendiada pelos próprios aquilombados, quando sentiram-se ameaçados pelas forças oficiais. Desde cedo os negros perceberam a importância da descentralização de seus refúgios como forma de resistência.

Nesse mesmo caminho, se encontram informações interessantes no texto de José Luis Alonso intitulado *Daquelle pessimo mocambo*, mais especificamente ao tratar da existência dos mocambos localizados no rio Trombetas que por suas “condiciones naturales de un entorno selvático surcado por rios jalonados de cascadas y rápidos propiciaron la creación de un mundo próprio y original. Los mocambos allí establecidos ocuparon y controlaron un enorme espacio físico em el estado Del Pará” (2010, p.131). O historiador prossegue registrando as relações dos mocambeiros com diferentes etnias indígenas servindo para facilitar a rápida adaptação daqueles nos biomas amazônicos, assim como os conflitos de interesses decorridos entre eles. Também trata dos ataques dos mocambos às propriedades locais e da reação sangrenta por parte do poder provincial afirmando por meio da documentação da época que foram organizadas expedições militares contando com apoio da capital da província com claro objetivo de destruir os mocambos, principalmente o que ficou conhecido como *Inferno*, situado na cabeceira do rio Curuá. Assim:

Poco a poco, los mocambos consiguieron mejorar su organización y ganaron un mayor control del territorio que ocupaban. El enfrentamiento con la sociedad esclavista se radicalizo. Las fugas colectivas de esclavos, cada vez más generalizadas, se sumaron a partir de 1820 a una creciente crisis marcada por

comercializando mercadorias para pequenos produtores caboclos e comerciantes do interior em troca de ‘produtos regionais’, agrícolas e extrativistas” (1999, p.57).

¹¹ Segundo Salles, povoação fundada por negros “acima da décima quinta cachoeira” (Caspapura), na região do Trombetas e Curuá, de forma que, “guardadas as proporções, esta foi a réplica amazônica dos mocambos dos Palmares” (2005, p.267).

luchas políticas y econômicas que desembocaron en la escisión de la clase dominante em vísperas de la independência. La presión ejercida por los mocambos y el auge de la inestabilidad política llevaron a la Cámara municipal de Óbidos a pedir reiteradamente a lãs autoridades de Belém que colaboraran en mejor los sistemas de defensa de este município.

Os quilombos estabeleciam regras sociais, cultivavam produtos agrícolas em conformidade com as influências das fazendas de onde fugiram, comercializavam esses produtos e como dito anteriormente, mantinham integração entre si. Essa rede pode-se assim definir, entre os diversos quilombos espalhados pela imensidão amazônica, contribuiu de forma contundente no processo da Cabanagem, no sentido em que propagaram a revolução pelo interior da região, e serviram de abrigo para os escravos e outros cabanos, tais como os desertores, pelo fato de se localizarem em áreas de difícil acesso.

O ponto cabano do Ecuipiranga, por exemplo, considerado pelas tropas provinciais o mais importante refúgio cabano, localizado na região do Baixo Amazonas, mais precisamente entre as cidades de Santarém e Óbidos, apresentava fortes características de um quilombo. Ele era envolvido por diversos pontos menores, formando-se assim um cordão de proteção em seu entorno, e estava localizado numa região de difícil acesso, numa demonstração tácita de conhecimento e utilização da natureza em benefício próprio como os negros faziam em suas comunidades¹². Em uma correspondência por parte do padre Antônio Manoel Sanches de Brito, Juiz de Paz de Óbidos, a João Henriques de Matos, Tenente Coronel e Comandante Militar do Baixo Amazonas, há informações das dificuldades em se chegar ao Ecuipiranga para combatê-lo devido aos obstáculos naturais. A solução seria, “[...] fazer entrar a força [que] tenho a ocupar o Lago e destruir os Pontos [que] estão a margem do mesmo [ilegível] hum de Negros e depois disto concluído apertar o Cerco do Ecuipiranga” (APEP, Correspondência de diversos para o governo, documento 142, código 888).

Os quilombos, assim como as comunidades indígenas, incorporam-se definitivamente ao processo revolucionário da Cabanagem, no momento em que a revolução é derrotada em Belém e ruma em direção ao interior da “imensa calha do Amazonas, do Madeira e do Tocantins, em um movimento de fuga e de interiorização da luta armada”, favorecidos pelas características naturais da região amazônica, “abri[ndo] outras frentes de luta, ampliaram suas bandeiras e alteraram as

¹² “Além dos obstáculos naturais, os cabanos montaram vários pontos inferiores ao redor do Ecuipiranga, formando um cordão defensivo. Esses pontos, tais como, Santana, Luzia, São Vicente, São Lourenço, Lago Grande, Lago do Viado, Curuá, Maicuru, Paricatuba, Arapiri, e muitos outros, serviam para sua proteção e para a extensão de seu poderio, mantendo a comunicação com as cidades. Localizavam-se geralmente a margem de rios ou furos. Através deles, como por exemplo, o Rio Luzia, o Ecuipiranga era abastecido de armamentos, pólvora e escravos fugidos, vindos principalmente de Mato Grosso, como relata um documento da época.” (BARRIGA, 2007, p.30).

formas de guerrear.”. E nesse processo “aprenderam a usar a natureza a seu favor, envenenando rios, queimando a mata, espantando os animais e dizimando plantações de alimentos básicos para a subsistência das tropas inimigas, como a mandioca e o milho.” como aponta Magda Ricci (2006, p. 27-8) em seu artigo *Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840*. Nesse sentido, é preciso demarcar que o movimento cabano se caracterizou em sua essência pela heterogeneidade e que a presença cabana se estendeu para locais muito variados, indo bem além de grandes centros. Os conflitos foram muito fortes no interior da Amazônia, atingindo aquilo que Hurley denominou “seio das selvas e nas praias desabitadas” (1936, p. 209).

A heterogeneidade torna necessário rever os interesses envolvidos no processo de luta cabana. Atualmente se percebe que eles também eram díspares, chegando mesmo a serem antagônicos. A própria bandeira da supressão da escravidão, levantada por muitos escravos, não era consenso entre todos. Isto pode ser confirmado pelo artigo publicado no jornal de Batista Campos *O Publicador Amazoniense*, quando alerta “é necessário prender, e perseguir os escravos fugidos, que ameaçam a segurança pública, e particular (...)”. (SALLES, 2005, p.245). O movimento cabano foi caracterizado por diversos “significados de liberdade”, como assegura Ricci (2001, p. 243), onde “diversos projetos políticos e sociais conviveram e se chocaram”, decorrentes das ações empreendidas por seus sujeitos, que indubitavelmente contribuíram para diluir as idéias centrais e acrescentar demandas específicas, no caso a supressão da escravidão pelos escravos.

Para Mark Harris, a característica da diversidade do movimento, proporciona à Cabanagem um significado histórico, pois “ela foi uma rebelião em larga escala, que juntou todo tipo de gente. Esta foi a primeira e última vez que um número tão expressivo de povos se juntou” (GAZETA DE SANTARÉM, Caderno Especial Cabanagem; edição n° 1040; 22/06/2009; p. 15), tornando o processo peculiar, diferenciando-o dos demais ocorridos no contexto nacional. Ao mesmo tempo em que se apresentavam lideranças pertencentes à elite provincial, como o próprio cônego Batista Campos e os três presidentes cabanos, também engrossavam as fileiras do movimento, lideranças populares, como foi anteriormente exposto. Dentre esses agentes históricos encontra-se o negro.

Durante a pesquisa no APEP foi localizada documentação que relata a existência de quilombos, como um próximo a atual cidade de Santarém por volta de 1837. Sobre ele as autoridades anti-cabanas relatavam:

(...) Devo tão bem comunicar a [Vossa Senhoria], que pelos freqüentes assaltos das [Ilhas] Marimatuba, e Arapiri, que já para todos os lados perseguirão

deliberei mandar bater, o que teve lugar no dia dezessete do corrente, como verá de Offício em copias, e como ainda ficasse no rio Arapiri hum ponto de Negros de novo vou tentar pondo-os em serco para não ser tão fácil a evaziva = do Alto Amazonas (...) (APEP, Correspondência de diversos para o governo, documento 135, código 888)¹³

Outro documento relata como os escravos eram convencidos a aderirem ao movimento cabano, com a promessa da alforria “(...) tem-se prendido 4, e apresentados oito e trez pretos [que] se achavão na mesma reunião, e consta [que] forão com um papel fantastico reunir todos os pretos de Sapocuã e [Mariapixú] com o título de alforria, os quaes o acompanharão (...)” (APEP, Correspondência de diversos para o governo, documento 161, código 1013).

Definitivamente, o negro tem sido agente histórico ativo no decorrer do processo de lutas travadas na História da Amazônia. Durante a Cabanagem os objetivos da luta escrava e negra foram diversos: havia os que desejavam melhores condições de vida, outros a constituição e/ou a manutenção da família, outros ainda desejavam a posse e propriedade da terra, o direito de ir e vir, ou falar livremente. Pesquisas precisam ser mais aprofundadas, e fontes melhor verificadas, para se analisar outros sonhos e desejos dos negros cabanos do interior, mas, indubitavelmente, o maior de todos está atrelado ao desejo de mudança na condição escrava e a luta pela liberdade em seus muitos significados.

Para Salles, o negro começa a organizar-se politicamente, adotando formas mais direcionadas e conscientes contra a escravidão, quando adquire o conceito de liberdade¹⁴ (2005, p.301). Entender como o negro vem resistindo e estabelecendo métodos de luta no decorrer de sua história, e como esses métodos vêm se transformando, adaptando e remodelando em diferentes contextos históricos é importante tarefa historiográfica. Partindo deste pressuposto, a discussão sobre a importância do negro para a história da região aponta uma problemática, como traçar paralelos dessa importância com as reivindicações e lutas atuais travadas pelo afro-

¹³ Há no APEP considerável quantidade de documentos similares a este, evidenciando a participação do negro na Cabanagem. A intenção deste artigo é dialogar com a historiografia existente, ratificando com fragmentos documentais tal presença. Por isso a importância de uma exaustiva pesquisa em nossos arquivos para um aprofundado estudo sobre a história do negro na Amazônia, não só na Cabanagem.

¹⁴ Sobre as interpretações dos tipos de liberdade reivindicada pelos negros escravos, cf. REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociações e Conflito; a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989; no caso específico da Amazônia, ver DANIELLE MOURA FIGUERÊDO. *Liberdade em Autos: Histórias de liberdade no Pará 1835 a 1840*. Trabalho de Conclusão de Curso; Faculdade de História; Instituto de Filosofia e Ciências Humanas; Universidade Federal do Pará; Belém; 2002; e LUÍS BALKAR SÁ PEIXOTO PINHEIRO. *Visões da Cabanagem. Uma revolta popular e suas representações na historiografia*. Manaus. Editora Valer. 2001.

amazônios, somando-se a elas elementos para a construção e o fortalecimento da identidade afro-brasileira.

Atualmente, por meio de um conjunto de reivindicações sócio-políticas e culturais, o negro luta para cessar outro tipo de escravidão, a da exclusão social, manifesta na pobreza ao escamotear sua vinculação étnico-racial, derivada do processo histórico nacional resultante do “empreendimento da colonização, caracterizado fundamentalmente por um sistema patriarcal, de exploração latifundiária, monocultora e escravocrata” conforme assinalado por Arthur Napoleão Figueiredo (2008, p. 125). Também se levanta contra toda forma de discriminação, incluindo o racismo, e se articula na defesa da inclusão social, constituída num discurso de reparação histórica capaz de minimizar dívidas sociais herdadas dos aproximadamente trezentos e cinquenta anos de regime escravista.

Do passado ao presente: as lutas quilombolas contemporâneas

As Comunidades Remanescentes de Quilombos são assim denominadas por representarem uma continuidade das resistências, reivindicações e identidades negras constituídas historicamente desde as lutas dos quilombos e mocambos espalhados pelo território nacional contra o regime colonial-escravista.

Estes territórios ganharam garantias legais a partir da Constituição Federal de 1988, ao “contemplar o direito à diferença, enunciando o reconhecimento de direitos étnicos”, como salienta Alfredo Wagner de Almeida em sua obra *Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas* (2008, p. 33), onde informa que:

No Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) foi instituído, inclusive, consoante o Art. 68, nova modalidade de apropriação formal de terras para povos como os quilombos baseado no direito à propriedade definitiva e não mais disciplinada pela tutela, como soa acontecer com os povos indígenas. Estes processos de ruptura e conquistas, que levaram alguns juristas a falar em um ‘Estado Pluriétnico’ ou que confere proteção a diferentes expressões étnicas, não resultaram, entretanto, na adoção pelo Estado de uma política étnica e nem tampouco em ações governamentais sistemáticas capazes de reconhecer prontamente os fatores situacionais que influenciaram uma consciência étnica.

De acordo com Almeida, com a consolidação de “novas” demandas sociais que vem ocorrendo nas duas últimas décadas, no que tange este artigo, as diversas comunidades tradicionais¹⁵, o cenário sócio-político nacional se depara com a “emergência de ‘novas’ identidades coletivas” (2008, p.18). É nesse cenário que, no início de 1990, os quilombolas, juntamente com as quebradeiras de côco babaçu, com os castanheiros e os ribeirinhos, tornam expressivas as reivindicações dos povos e comunidades tradicionais,

[consolidando] seus movimentos e [articulando] estratégias de defesa de seus territórios [...] [reivindicando] o reconhecimento jurídico-formal de suas formas tradicionais de ocupação e uso dos recursos naturais, [...] onde o tradicional é considerado como atrelado a fatos do presente e às atuais reivindicações dos movimentos sociais (*Ibidem*, p.19).

No estado do Pará, o movimento quilombola vem expressando formas de organização em busca do reconhecimento de sua cultura e legitimação de suas terras. Em 1985, foi realizado o I Encontro de Raízes Negras, com o objetivo de uma articulação entre as comunidades quilombolas. No mês de maio de 1998, realizou-se em Belém o I Encontro de Comunidades Negras Rurais do Pará, objetivando ser mais um marco neste processo de resistência dos remanescentes quilombolas. Em 1997, o Governo do Estado, pressionado por entidades sociais de defesa do negro e da terra, como CEDENPA (Centro de Defesa e Estudo do negro no Pará) e ARQMO (Associação dos Remanescentes Quilombolas do Município de Oriximiná), iniciou o projeto Mapeamento de Comunidades Negras Rurais, estudo detalhado das comunidades remanescentes quilombolas existentes no território paraense, localizando e catalogando 253 povoados, a partir de uma noção cartográfica. Este trabalho contou com o apoio da Universidade Federal do Pará, dirigido pelas professoras Rosa Acevedo Marín e Edna Castro, onde “o Grupo identificou como necessidade promover estudos e apresentar propostas de solução às questões relacionadas com a regularização definitiva de áreas abrangidas pelas comunidades remanescentes dos antigos quilombos do Estado” (MARÍN e CASTRO, 1999, p. 74).

Através do Mapeamento de Comunidades Negras Rurais, pode-se ter uma visão mais abrangente de como se encontram hoje essas comunidades, e quantas foram tituladas¹⁶. “Em

¹⁵ De acordo com o Decreto Presidencial n° 6040, de 07 de fevereiro de 2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), a concepção de comunidades e povos tradicionais é: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição (ALMEIDA, 2008, p.27).

¹⁶ Entre 1997 e 2008 foram emitidas 33 titulações pelo Instituto de Terras do Pará – ITERPA, segundo dados do site: http://www.cpisp.org.br/terras/html/pesquisa_porque_placar.asp acesso em 19/03/2011.

setembro de 2008, os territórios quilombolas titulados somavam 1.171.213 hectares. Até essa data, o Pará continuava como o estado com a maior extensão titulada: 628.674,7655 hectares, o que corresponde a cerca de 54% do total já regularizado” (COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO). Esta informação evidencia a presença do negro no processo histórico da Amazônia, pois, para quem ainda acredita no contrário, como se explicaria o Pará encabeçar a lista dos estados que titularizam terras de remanescentes quilombolas. Além de ratificar essa presença, os dados também consolidam a importância da mobilização política destes remanescentes. O *Mapeamento* também contempla aspectos como a identificação dos anseios das comunidades quilombolas, suas formas de organização em busca de seus direitos e como elas se auto-definem.

A nota de rodapé do número de titulação no Pará, 33 em onze anos, constata a lentidão desse processo. Marín e Almeida (2010, p.153) levantam algumas questões acerca desta lentidão, dentre as quais a indagação de que, após vinte anos do Art.68 do ADCT, menos de 5% do total das comunidades remanescentes de quilombos, oficialmente estimadas, receberam titulação. Outro questionamento feito pelos autores aponta que nos últimos dois anos, retroativos a 2010, “não tem ocorrido titulação de nenhuma comunidade”, salvo em casos de terras públicas.

Marín e Almeida enumeraram dois obstáculos fundamentais para explicar o entrave no processo de titulação, respondendo, em grande medida, às questões elencadas. O primeiro diz respeito à dificuldade de implementação “aos dispositivos jurídico-formais e aos procedimentos burocrático-administrativos para a operacionalização do Artigo 68” e o segundo “compreende as estratégias de interesses econômicos que detém o monopólio da terra e são responsáveis pelos elevados índices de concentração fundiária” (*Ibidem*). Essa dificuldade evidencia tensões em relação ao reconhecimento jurídico-formal, principalmente pelo fato deste reconhecimento sugerir o rompimento com a *invisibilidade social* das comunidades tradicionais, evidenciando suas formas de apropriação dos recursos naturais baseadas no uso comum da terra e na importância de elementos culturais e identitários intrínsecos, incitando transformações na rígida estrutura agrária brasileira, fundamentada na concentração desigual da terra e na especulação do mercado de terras (*Ibidem*, p.26).

Nesse sentido, a consciência da identidade quilombola torna-se elemento imprescindível tanto para as ações afirmativas quanto para o direito às terras ocupadas pelos quilombolas com o reconhecimento por parte do Estado da propriedade definitiva com a emissão de títulos.¹⁷ Para Marín e Castro (1999, p.101), a autodeterminação dessas comunidades como remanescentes quilombolas facilita a requisição da titulação de suas terras pelas “condições históricas da

¹⁷ Esta compreensão jurídico-legal está assegurada no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que visam regulamentar os artigos da Constituição Federal de 1988.

ocupação dessa região” com vistas a “facilita[r] a titulação de territórios que estavam dentro do domínio de seus ancestrais.”.

A autodenominação quilombola é um estágio importante no processo de identidade dos sujeitos dessas comunidades. Todavia esse estágio não garante por si só o êxito na aquisição de direitos das comunidades tradicionais. É necessário, portanto, uma mobilização política, que expressa a passagem da unidade afetiva/individual para a política/coletiva (ALMEIDA, 2008). Segundo o autor, “a construção política de uma identidade coletiva, coadunada com a percepção dos agentes sociais de que é possível assegurar de maneira estável o acesso a recursos básicos, resulta, deste modo, numa territorialidade específica que é produto de reivindicações e de lutas.” (*Ibidem*, p.119).

Vale ressaltar ainda que, para este autor, estas comunidades reinventam os sentidos para o termo tradicional, imprimindo-lhe novo significado por meio de suas ações, desgarrando-o da idéia convencional que o atrela ao passado, à fixidez das interpretações, trazendo-o para um campo dinâmico e relacional, fortemente marcado pelos laços de solidariedade e aprendizado a partir das experiências coletivas, que engendram ações políticas diante de perigos externos iminentes da tomada e/ou da limitação dos usos comuns do território historicamente ocupado. Por isso a importância de não cair no anacronismo de confundir quilombos e comunidades remanescentes quilombolas. Mesmo percebendo permanências herdadas ao longo do tempo, os remanescentes de quilombos almejam conquistas inseridas num contexto diferente de seus ancestrais.

Hoje, analisando uma comunidade remanescente, observam-se insatisfações características de comunidades tradicionais que vivem no campo. Por isso a importância de se adotar o conceito de “territorialidade específica, para nomear as delimitações físicas de determinadas unidades sociais que compõem os meandros de territórios etnicamente configurados” (ALMEIDA, 2008, p.29). Contrariando a teoria positivista do direito que insiste em uniformizar a diversidade cultural e étnica, generalizando-os no conceito de *povo*, a luta pela terra, que gera a luta por sua afirmação cultural e étnica, fortalece as já citadas “novas identidades coletivas e [os] denominados ‘novos movimentos sociais’, definidos por Hobsbawm, como possuindo raízes locais profundas, consciência ambiental, critérios de gênero, e se agrupando em torno das mesmas reivindicações” (*Ibidem*, p.18).

Traçando um paralelo, passado e presente, é indiscutível pontuar algumas características apresentadas por comunidades remanescentes atuais, especificamente na região do Trombetas, já citado no artigo, para que se possa definir um quadro comparativo entre as dificuldades enfrentadas pelos aquilombados e pelos quilombolas. Baseando-se na região do município de

Oriximiná, por sua organização ARQMO, detectam-se permanências históricas. Eles se localizam em áreas de difícil acesso, e são desassistidos pelo poder público. Atualmente se encontram agrupados em 32 comunidades, sendo que 24 delas já receberam a titulação de suas terras, totalizando 361.825,48 hectares. Eles estão ligados através de uma rede de parentesco, e são constituídos pelas residências e o centro comunitário. Em relação aos serviços básicos, em sua maioria, os quilombolas não contam com energia elétrica, nem água encanada, nem sistema de esgoto. Assim como, caso necessitem de assistência médica, têm de recorrer à sede do município. No campo da educação, a maioria das comunidades é assistida até o fundamental menor, tendo seus jovens de se transferirem até o centro urbano para concluir o ensino médio. Na maioria dos casos não retornam à sua comunidade de origem, ocasionando um êxodo, enfraquecendo a legitimação de sua identidade quilombola. Para reverter essa situação, os quilombolas reivindicam a criação de escolas de nível médio, com currículo escolar específico, em suas comunidades, assim como, cursos técnicos nas áreas de manejo florestal e agricultura para atender a demanda local. A alimentação básica é o peixe e a farinha de mandioca (PROJETO MANEJO DOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS).

Sendo assim, é fundamental para a auto-afirmação dos quilombolas, o conhecimento e a valorização de seu passado. Através da memória dos mais velhos e da história documentada, fazer uma co-relação com as lutas travadas por seus ancestrais contribuindo de forma significativa para os obstáculos atuais que os negros vêm enfrentando. A história oral permite que a herança cultural e a memória de uma comunidade não se apaguem pelo tempo. Através da oralidade, além de ter contato diretamente com o passado, pode-se senti-lo, transportar o pensamento nos “vagões das palavras” do narrador, de quem, vivenciou, ou conviveu com quem tenha vivenciado. Trabalhar a memória nessas comunidades é fomentar a construção histórica pela própria comunidade. Além de agentes históricos, passarão a ser as fontes históricas, pois “a informação histórica não precisa ser levada para fora da comunidade para ser interpretada e apresentada pelo historiador profissional.

A importância da história oral está justamente no poder de democratizar a historiografia. “Por meio da história oral, a comunidade pode, e deve merecer confiança para escrever a própria história” (THOMPSON, 1992, p. 38). Continuando, o autor reitera que, quando o historiador entra em contato direto com a fonte viva, real, ele dá oportunidade para que as pessoas envolvidas no processo histórico relatem determinado fato com seu próprio ponto de vista (*Ibidem*, p. 22):

A história oral pode certamente ser um meio de transformar todo o conteúdo quanto à finalidade da história. Pode ser utilizada para alterar o enfoque da própria história e revelar novos campos de investigação; pode derrubar barreiras

que existem entre professores e alunos, entre gerações, entre instituições educacionais e o mundo exterior; (...) pode devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras.

Nesse sentido, a posição do mais senil, deve ser oportunamente valorizada. Mais do que os adultos, que estão muito ligados ao presente, os idosos se prendem ao passado, nostálgicos de momentos que não voltam mais. Em um mundo cada vez mais globalizado e informatizado, onde as notícias avolumam-se e são transmitidas de forma veloz, os mais jovens têm de absorvê-las acompanhando essa mesma dinâmica, distanciando-se cada vez mais de suas gerações passadas. Em sentido contrário a esse contexto, os mais velhos mantêm seus passos em ritmo lento, em um caminho bem estreito com o passado. Inserir essas pessoas na construção da história tem dupla importância. Primeiro pelas inúmeras possibilidades que a história oral nos fornece, como já foi acima citado, e, segundo, pela credibilidade que o historiador profissional dará ao “velho”, já tão oprimido e relegado pela dinâmica de uma sociedade voltada para o trabalho.

Para Ecléa Bosi (1994, p. 82), “o vínculo com outra época, a consciência de ter suportado, compreendido muita coisa, traz para o ancião, alegria e uma ocasião de mostrar sua competência. Sua vida ganha uma finalidade se encontrar ouvidos atentos, ressonância”. Ainda segundo a autora, “o velho é alguém que se retrai de seu lugar social e este encolhimento é uma perda e um empobrecimento para todos. Então, a velhice desgostada, ao retrain suas mãos cheias de dons, torna-se uma ferida no grupo.” (*Ibidem*, p. 83).

Baseando-se no estudo de Bosi, pode-se contextualizar o universo de uma comunidade quilombola. Os quilombolas valorizam muito seus anciãos. Em uma pesquisa realizada pelos mestrandos Gilberto Lima dos Santos e Antônio Marcos Chaves, pelo Departamento de Psicologia da Universidade Federal da Bahia, sobre as representações sociais dos habitantes da comunidade remanescente baiana do Tijuaçu, apresenta, dentre outras análises, a visão que os jovens e adultos daquela comunidade tem perante os mais velhos. Vejamos o relato de um dos entrevistados (foram selecionados vinte membros da comunidade, na faixa etária de 12 a 41 anos), “as pessoas mais velhas são mais sábias, sabem do tempo passado, como era a escravidão” (participante n°. 4). Segundo o participante n°. 15, “as pessoas mais velhas são muito educadas, são elas que ajudam a estudar a história da comunidade” (SANTOS e CHAVES, 2007, p. 7). A pesquisa conclui que os mais velhos são vistos como conhecedores da história da comunidade por 45% dos entrevistados, tidos como os “difusores e mantenedores das representações”, através da história oral, assumindo um “compromisso histórico comunitário para com a resistência quilombola” (*Ibidem*, p. 9).

A conexão entre as lutas travadas pelos negros no decorrer de sua história e as enfrentadas pelos seus descendentes hoje, está diretamente relacionada com a memória dos velhos. Eles constituem um elo entre o passado e o presente. O ancião quilombola reascende a história de resistência do povo afro-brasileiro, o qual por muito tempo esteve lutando por seu reconhecimento e sua legitimação na história do Brasil. Esta história, contudo, é feita entre o resultado de estudos históricos e aquilo que é estudado na educação básica, dos níveis fundamental e médio. Neste sentido, uma de suas inúmeras conquistas foi a implementação da lei n° 10.639/2003 garantindo o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira na grade curricular.

Uma história redefinida, “vista de baixo”,¹⁸ relatada por pessoas que realmente viveram o fato, que contam sua versão, não assimilando assim, a uma versão sem personalidade, a versão da história oficial. Nesse sentido, a contribuição dessas comunidades, espalhadas por todo território paraense, é a manutenção da resistência do negro na Amazônia, ocorrida desde sua chegada involuntária aqui. O interessante é o cruzamento entre a fonte documental, através dos registros escritos (documentos oficiais), e a história oral. Durante o período da Cabanagem, por exemplo, o negro, como sujeito histórico, não pôde deixar registros (escritos) de sua participação no movimento (favorável ou contrário), pois eram, em sua maioria, iletrados. Mesmo assim, evidências não faltam para o estudo e pesquisa da história do negro na Amazônia. Entretanto, a documentação que evidencia a afirmativa é oficial, oriunda de registros do governo da Província, ou seja, tendenciosos a um olhar escravista e anti-cabano. Sabe-se que “documento algum é neutro, e sempre carrega consigo a opinião da pessoa e/ou do órgão que o escreveu” (BACELLAR, 2008, p. 63). Nesse sentido, precauções são importantes, com o intuito de não comprometer a análise histórica. É necessário filtrar a informação obtida dos documentos para não cair no tendencionismo.

Outro devido cuidado quando se estuda a história das camadas populares é em relação ao anacronismo, considerado por Hobsbawm (1998) o maior perigo para o historiador, tornando-se importante a preocupação em evitá-lo, visto que pode interferir nos resultados da pesquisa. Edward Thompson em *Senhores e Caçadores*, também aponta outra problemática para esse tipo de história, que merece destaque neste artigo. Ele alerta para o perigo de se fazer juízo de valor e

¹⁸ A *história vista de baixo* é conceito introduzido na historiografia segundo Sharpe (1992, p. 40) por Edward Thompson, em seu artigo *The History from Below* de 1966, e expõe a necessidade da historiografia agir em torno das pessoas comuns. Também discutido por Eric Hobsbawm (1998), que aborda em *Sobre História*, no artigo *A História de baixo para cima*, possíveis “problemas técnicos”, referentes a ausência de documentos produzidos pelas classes populares, uma vez que, em sua maioria, esse extrato da sociedade era iletrado, não podendo assim, registrar seus feitos. “Quanto mais para trás vão os historiadores, buscando reconstruir a experiência das classes inferiores, mais restrita se torna a variedade de fontes à sua disposição” (SHARPE, 1992, p. 43). Entretanto, isso não deve se constituir num impeditivo para o estudo da história popular.

moral em relação às fontes, fazendo com que esse juízo se antecipe à plena recuperação das evidências, contaminando a própria investigação e análise. Prossegue criticando a visão romantizada que alguns historiadores têm em relação a seu objeto de estudo, as camadas populares. Muitos pesquisadores que se dispõem a estudar esta história simpatizam com a causa desses movimentos. A preocupação está em não tendenciar a pesquisa, comprometendo, também, seus resultados. Segundo ele, “o fato de podermos mostrar que os infratores (caçadores) estavam submetidos a uma opressão econômica e social e defendiam certos direitos não os converte instantaneamente em bons e dignos criminosos ‘sociais’, hermeticamente, vedados a outros tipos de crime.” (THOMPSON, 1987, p. 249). Por isso a importância da relação documento/oralidade. É a oportunidade de o negro soltar a voz, há séculos reprimida, contando, gritando, enfim, expandindo a luta pela liberdade.

No decorrer de sua história, o negro teve a necessidade de transformar e adaptar suas formas de resistência. No primeiro momento, desconhecendo a região, as fugas eram empreitadas de forma aleatória e individual, intencionando o distanciamento do alçó da escravidão. Com o passar do tempo, já ambientalmente familiarizado, o negro empreendia fugas direcionadas aos quilombos e mocambos, espaços de organização baseados em princípios, valores, práticas de socialização e de regime de propriedade, trazidos da África e aprimorados nas vivências experimentadas. O acúmulo produzido pelos negros nessas sociedades quilombolas, e o desenvolvimento de uma noção de organização política de sua luta lhes permitiu participar qualificadamente da revolução cabana. Os negros não se limitaram a elemento numérico da Cabanagem, servindo apenas para engrossar as fileiras do movimento. Seus interesses estavam bem definidos. Eles sabiam o que aspiravam. O fim da escravidão e sua incorporação na sociedade. Liberdade em seu sentido mais amplo. Este ideal permanece sustentado pelas bandeiras defendidas pelo movimento negro, na formação de sua identidade e consolidação de elementos de sua cultura.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. 2.^a edição, Manaus: PGSCA – UFAM, 2008.

ALMEIDA, Alfredo W. B. de, e MARÍN, Rosa Acevedo. *Campanhas de desterritorialização na Amazônia: o agronegócio e a reestruturação do mercado de terras*. In: BOLLE, CASTRO & VEJMEKA (Orgs.). *Amazônia: região universal e teatro do mundo*. São Paulo: Globo, 2010.

Relação homem/natureza na Amazônia: do passado quilombola e mocambo ao presente de lutas identitárias e territoriais dos remanescentes de quilombo

Letícia Pereira Barriga, 2011. Texto do NEAF n° 027

ALONSO, José Luis Ruiz-Peinado. Daquelle pessimo mocambo. In: ALONSO, José Luis Ruiz-Peinado e CHAMBOULEYRON (Orgs.). T(r)ópicos de História: gente, espaço e tempo na Amazônia. Belém: Ed. Açai/Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (UFPA)/ Centro de Memória da Amazônia (UFPA), 2010, p. 117-140.

ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de; SOARES, Carlos Eugênio Líbano; GOMES, Flávio dos Santos & FARIAS, Juliana Barreto. *Cidades Negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2006.

Arquivo Público do Estado do Pará; *Correspondência de diversos para o governo*; códices 888 e 1013.

BACELLAR, Carlos. *Fontes Documentais. Uso e mau uso dos arquivos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. 2. Ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008, p. 23-80.

BARRIGA, Letícia Pereira. *Ecuipiranga – O Berço Revolucionário no Baixo Amazonas (1835 – 1837)*. Trabalho de Conclusão de Curso; Faculdade de História; Instituto de Filosofia e Ciências Humanas; Universidade Federal do Pará; Belém; 2007.

_____. *O negro na Amazônia, uma história de resistência: Fugas, Quilombos e Cabanagem*. Artigo de conclusão de curso; Especialização em História e Cultura da África e Afro-brasileira; Faculdade Integrada Brasil Amazônia – FIBRA; Belém; 2011.

BEZERRA NETO, José Maia. *Escravidão negra na Amazônia (Sécs. XVII-XVIII)*. Belém: Pakatatu, 2001.

BRITO, Adriano Naves de. *A história nos marcos da natureza humana*. *Cadernos de Ética e Filosofia Política* 14, 1/2009, p.7-23.

CÂNDIDO, Carla Adriana. “*Os amigos dos escravos: escravidão urbana e resistência escrava na Belém da década de 1850*”. Trabalho de Conclusão de Curso; Faculdade de História; Instituto de Filosofia e Ciências Humanas; Universidade Federal do Pará; Belém; 1999.

CARNEIRO, Edison. *Antologia do Negro Brasileiro: de Joaquim Nabuco a Jorge Amado, os textos mais significativos sobre a presença do negro em nosso país*. Rio de Janeiro: Agir, 2005.

CARVALHO, Marcos de. *O que é natureza*. São Paulo: Brasiliense, 2003. – (Coleção primeiros passos; 243).

CARR, Edward Hallet. *Que é história?* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 3ª Ed. 1982 (tradução de Lúcia Maurício de Alverga, revisão técnica de Marina Yedda).

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. Disponível em: http://www.cpisp.org.br/terras/html/pesquisa_porque_placar.asp. Acesso em 19/03/2011.

FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. Presença africana na Amazônia. In: *Revista de Estudos Amazônicos*, PPHD – Programa de Pós Graduação em História Social da Amazônia. Belém, Editora Açáí, 2008.

HARRIS, Mark. *Uma Guerra Única na História*. Gazeta de Santarém, Caderno Especial Cabanagem. Edição n° 1040; 22/06/2009; p. 14 e 15.

HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 219.

MARIN, Rosa Acevedo & CASTRO, Edna. *Negros do Trombetas: guardiães de matas e rios*. Belém: UFPA / NAEA, 1993.

_____. *Mobilização Política de Comunidades Negras Rurais: Domínios de um Conhecimento Praxiológico*, In: *Revista Novos Cadernos*, NAEA, vol.2, n° 2 – 1999 – Belém: NAEA / UFPA, 1999.

MOURA, Danielle Figuerêdo. *Liberdade em Autos: Histórias de liberdade no Pará 1835 a 1840*. Trabalho de Conclusão de Curso; Faculdade de História; Instituto de Filosofia e Ciências Humanas; Universidade Federal do Pará; Belém; 2002.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Brasília: UnB, 2004, p.41-80.

PASTANA, Andréa da Silva. *Organização de Famílias Escravas e Visões de Liberdade*. Trabalho de Conclusão de Curso; Faculdade de História; Instituto de Filosofia e Ciências Humanas; Universidade Federal do Pará; Belém; 1998.

PROJETO MANEJO DOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS. Disponível em: <http://www.quilombo.org.br/>. Acesso em 19/03/2011.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Síntese de História do Pará*. Belém, Manaus, Guanabara: Amazônia Edições Culturais LTDA (AMADA), 1972.

RICCI, Magda. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. In: Revista Tempo. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v11n22/v11n22a02.pdf>. acesso em 10/11/2010.

SALLES, Vicente. *Quilombos na Amazônia – Um enfoque interdisciplinar*. Brasília, 1998, p.05. Artigo encontrado no Acervo Vicente Salles, do Museu da Universidade Federal do Pará.

_____. *Negro no Pará sob o regime da escravidão*; 3ª edição revisada e ampliada; Belém: IAP; Programa Raízes, 2005.

SANTOS, Gilberto Lima, e CHAVES, Antônio Marcos. *Ser quilombola: representações sociais de habitantes de uma comunidade negra*. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Psicologia, Curso de Mestrado em Psicologia. Estudo de Psicologia (Campinas), v.24, n.3, Campinas, julho/setembro de 2007.

SHARPE, Jim. *A História Vista de Baixo*, In, BURKE, Peter (org), *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.13-30.

THOMAS, Keith. O homem e o mundo natural: mudanças de atitudes em relação às plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p.21-69; 345-428.

THOMPSON, Edward Palmer. *Senhores e Caçadores: a origem da Lei Negra*. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1987.

THOMPSON, Paul, 1935, *A voz do passado: história oral*; tradução: Lólio Lourenço de Oliveira; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VERGOLINO-HENRY, Anaíza & FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. *A Presença Africana na Amazônia Colonial: Uma notícia histórica*. Belém, Arquivo Público do Estado do Pará, 1990.